

1. GUERREIRO JÚNIOR, Antonio Roberto. Ancestrais e suas sombras : Uma etnografia da chefia Kalapalo e seu ritual mortuário. Campinas: Editora Unicamp, 2015. 520 p.
2. FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51.ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil ; 1).
3. COUTO, Jorge. A construção do Brasil : ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 406 p.
4. FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. Das comissões telegráficas ao serviço de proteção ao índio : Rondon, o agente público e político. Curitiba: CRV, 2013. 254 p.
5. DESCOLONIZANDO a academia: cruzando os rios da interculturalidade, percorrendo as trilhas do saber para autonomia. Curitiba: CRV, 2020. 412p.
6. RIBEIRO, Darcy. Diários índios: os Urubus-Kaapor . São Paulo: Global, 2020. 620 p.
7. DIREITO à diferença: v.2 - aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis. São Paulo: Saraiva, 2013. 560 p.
8. FERNANDES, Elaine. Direito à terra indígena / um estudo dos casos Raposa Serra do Sol e Mayagna Awas Tingni. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 196p.
9. VILLARES, Luiz Fernando. Direito e povos indígenas . Curitiba: Juruá, 2009. 349p.
10. GOMES, Daniela. O direito indígena ao solo / limites e possibilidades. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 307p.
11. GONZAGA, João Bernardino. O direito penal indígena : à época do descobrimento do Brasil. São Paulo: Max Limonad, [19--]. 182 p.
12. BARBIERI, Samia Roges Jordy. Os direitos constitucionais dos índios e o direito à diferença, face ao princípio da dignidade da pessoa humana . Coimbra: Almedina, 2008. 242 p.
13. KAYSER, Hartmut-Emanuel. Os direitos dos povos indígenas do Brasil / desenvolvimento histórico e estágio atual. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2010. 615 p.
14. DIREITOS humanos na Amazônia. Salvador: JusPODIVM, 2017. 629 p.
15. BARRETO, Helder Girão. Direitos indígenas : vetores constitucionais. Curitiba: Juruá, 2003. 151 p.
16. ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago; ALBUQUERQUE FILHO, Armando do Lago; RODRIGUES, Saulo Tarso. Educação jurídica indígena . Curitiba: Juruá, 2016. 154 p.
17. LIMA, Edilson Vitorelli Diniz. Estatuto do índio : Lei nº 6.001/1973. Salvador: JusPODIVM, 2011. 316 p. (Coleção leis especiais para concursos ; 33 ;)
18. VITORELLI, Edilson. Estatuto do índio : Lei nº 6.001/1973. 2.ed. Salvador: JusPODIVM, 2013. 380 p. (Coleção leis especiais para concursos ; 33 ;)
19. CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Ubu editora, 2020. 480 p. (Coleção argonautas).
20. MOTA JUNIOR, Carlos Antonio de Carvalho. Índios brasileiros e a civilização branca : relações e conflitos entre o sistema jurídico pátrio e o direito consuetudinário indígena. Curitiba: Juruá, 2018. 146 p.
21. RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização : a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global, 2017. 448 p.
22. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). Índios no Brasil . São Paulo: Global, Brasília: MEC, 2000. 279 p.
23. MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil . São Paulo: EDUSP, 2014. 304 p.
24. CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil : história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 158 p. (Coleção agenda brasileira).
25. REZENDE, Guilherme Madi. Índio : tratamento jurídico-penal. Curitiba: Juruá, 2012. 120 p.
26. OLIVEIRA, Creusa Salette de. Os Karajá do Araguaia : a subjetividade de um povo desvelada pelos nomes e imagens de Rorschach. Berlim: Novas Edições Acadêmicas, 2015. 206p.
27. BRASIL. Leis. ; MAIA, Luciano Mariz. Legislação indigenista . Brasília: Senado Federal, 1993. 152 p.
28. CUNHA, Manuela Carneiro da. Legislação indigenista no século XIX : uma compilação: 1808-1889. São Paulo: EDUSP, 1992. 362 p.

29. MILANEZ, Felipe (Org.). Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil. São Paulo: Edições Sesc, 2015. 424 p.
30. ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago. Multiculturalismo e direito à autodeterminação dos povos indígenas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008. 312 p.
31. CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Org.). Políticas culturais e povos indígenas. São Paulo: Unesp, 2016. 517 p.
32. VILAS BOAS, Márcia Cristina Altvater. Os povos indígenas brasileiros e a transição paradigmática: da integração à interação. Porto Alegre: Núria Fabris, 2012. 168p.
33. SILVA, Reijane Pinheiro da (Org.). Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos. Palmas: Nagô, 2020. 235 p.
34. SOUZA, Alisson de Bom de. Processo de demarcação de terras indígenas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 180p. (Direito Público e Sustentabilidade).
35. FARIA, Victor Lúcio Pimenta de. A proteção jurídica de expressões culturais de povos indígenas na indústria cultural. São Paulo: Itaú Cultural, Iluminuras, 2012. 148 p. (Coleção rumos pesquisa).
36. ORLANDI, Eni Pulcinelli. Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990. 260p.
37. JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio. 2.ed. revisada. São Paulo: Peirópolis, 2020. 125p.
38. FLÓRIA, Cristina; FERNANDES, Ricardo Muniz (Org.). Tradição e resistência: encontro de povos indígenas. São Paulo: Edições Sesc, 2008. 328 p.
39. RIBEIRO, Darcy. Uirá sai à procura de Deus. São Paulo: Global, 2016. 199 p.
40. VILLAS BÔAS, Cláudio; VILLAS BÔAS, Orlando. Xingu: os contos do Tamoin. Porto Alegre: Kuarup, 1984. 127p.
41. VILLAS BÔAS, Cláudio; VILLAS BÔAS, Orlando. Xingu: os índios, seus mitos. São Paulo: Círculo do Livro, 1988. 219p.
42. VILLAS BÔAS, Cláudio; VILLAS BÔAS, Orlando. Xingu: os Kayabí do Rio São Manoel. Porto Alegre: Kuarup, 1989. 115p.
43. AGUIAR, Patrícia Coêlho. Acesso à justiça dos povos indígenas: análise do sistema de justiça tocantinense e das jurisprudências da corte interamericana de direitos humanos. Palmas, 2019. 112f.
44. SOUZA, Ciro de Alencar. A atuação do sistema de justiça na efetivação do direito fundamental à saúde das populações indígenas tocantinenses. Palmas, 2019. 147f.
45. RODRIGUES, Umbelina Lopes Pereira. A conciliação e a mediação à luz da resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça: um estudo com o povo indígena Karajá-Xambioá respeitando seus aspectos linguísticos e culturais. Palmas, 2021. 164 f.
46. VILLAS BOAS, Marco. O socioambientalismo indígena na constituição do Brasil. Lisboa, 2014. 372 p.
47. OLIVEIRA, Assis da Costa. Juventudes indígenas no Brasil: mobilizações e direitos. São Paulo: Dialética, 2023. 268 p.
48. OLIVEIRA, Assis da Costa. Crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural. São Paulo: Dialética, 2022. 184 p.
49. SILVA, Carlos Renato da. Política pública de demarcação das terras indígenas e a efetivação do direito fundamental dos povos indígenas. São Paulo: Dialética, 2022. 140 p.